



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Contas e Balancetes.

Mendes, opositores obrigatórios aos cargos de técnico superior de primeira e técnico adjunto principal, respectivamente, ficam os mesmos aditados à referida lista.

Direcção dos Serviços de Administração do Ministério das Infraestruturas e Transportes, na Praia, aos 26 de Maio de 2004. – A Directora, *Maria da Luz de O. Santos*.

(284)

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS



MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

Direcção dos Serviços de Administração

COMUNICADO

Não tendo constado por lapso, no aviso de concurso inserto no *Boletim Oficial* nº 16 III Série - de 30 de Abril, os nomes de Maria da Luz Mota Bettencourt Modesto e Jorge Amílcar Andrade

COMUNICADO

Por motivos que se prendem com a recepção tardia do *Boletim Oficial* nº 16 - III Série - de 30 de Abril, onde se encontra publicado o Anúncio de Concurso, para preenchimento de vagas existentes no Ministério das Infraestruturas e Transportes para conhecimento dos interessados comunica-se que o prazo constante do referido Anúncio foi prorrogado com efeitos a partir de 20 deste mês.

Direcção dos Serviços de Administração do Ministério das Infraestruturas e Transportes, na Praia, aos 26 de Maio de 2004. – A Directora, *Maria da Luz de O. Santos*.

(285)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação

Cartório Notarial da Região de 1ª Classe da Praia

A NOTÁRIA SUBSTª. MÁRIA ALBERTINA
TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifica, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, que no dia vinte e três do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro no Cartório Notarial da Região de 1ª Classe da Praia, perante o Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número cento vinte e um barra A, a folhas setenta a setenta verso, uma escritura, RECTIFICAÇÃO constituição da ASSOCIAÇÃO DOS GANEENSES EM CABO VERDE, adiante designada por "AGACV", com a sede social nesta cidade da Praia, por tempo indeterminado, com o património inicial de vinte mil escudos, representada perante terceiros pelo Presidente do Conselho Directivo e cujo objecto principal é promover a cooperação amorosa, fraternal e a unidade entre os cidadãos Ganeenses, residentes na República de Cabo Verde, com os demais cidadãos da República de Cabo Verde.

Registada sob o nº 4073/04

Isento nos termos da Lei

Cartório Notarial da Região de 1ª Classe da Praia, aos 3 de Junho de 2004. A Notária Substª Maria Albertina Tavares Duarte.

(286)

Conservatória dos Registos da Região da Praia

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de quatro folhas estão conformes os originais na qual foi constituída uma sociedade por quotas com a denominação "RAMOS E FILHOS LDA"

CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA

ESTATUTOS

Entre:

- a) Cipriano Freire Ramos, casado em regime de comunhão de adquiridos com Laurinda Tavares da Veiga Ramos, natural de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, portador do passaporte nº H 028856, emitido em 26/05/98, pelo CGPOP-DEF-PRAIA, prorrogado pela Secção Consular da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa - Portugal, residente em Boa Vista - São Domingos.
- b) Laurinda Tavares da Veiga Ramos, casada em regime de comunhão de adquiridos com Cipriano Freire Ramos, natural de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Domingos, portadora de Bilhete de Identidade nº 29337, emitido em 24/10/2002, residente em Boa Vista - São Domingos.

c) Edilson Manuel Veiga Ramos, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, portador de Bilhete de Identidade nº 65822, emitido em 19/03/2002, residente em Boa Vista - São Domingos.

É constituída uma sociedade comercial por quotas, que se regerá nos termos e nas condições seguintes:

Artigo 1º

(Denominação)

A sociedade adopta a denominação de "RAMOS E FILHOS, LDA".

Artigo 2º

(Sede)

A sociedade tem a sua sede em Boa Vista - São Domingos, Ilha de Santiago, podendo abrir delegações ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional, por deliberação da assembleia-geral.

Artigo 3º

(Duração)

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Artigo 4º

(Objecto)

A sociedade tem por objecto comercialização e aluguer de materiais de construção.

Artigo 5º

(Capital social)

O capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), correspondente a soma das quotas dos sócios que são as seguintes:

- a) Cipriano Freire Ramos - 50% 100.000\$00;
- b) Laurinda Tavares da Veiga Ramos - 25% 50.000\$00;
- c) Edilson Manuel Veiga Ramos - 25% 50.000\$00.

As quotas encontram-se integralmente subscritas e realizadas pelos sócios.

Artigo 6º

(Aumento de capital)

1. A sociedade poderá aumentar o capital uma ou mais vezes desde que assim o delibere a assembleia-geral, por proposta devidamente fundamentada do gerente.

2. Em caso de aumento de capital social, os sócios gozam do direito de preferência na subscrição de novas quotas, por forma a aumentarem a sua participação percentual no capital, salvo se a assembleia geral deliberar o contrário.

Artigo 7º

(Cessão e divisão de quotas)

A cessão de quotas, no todo ou em parte, a terceiros, depende do consentimento da sociedade, gozando os sócios, em primeiro lugar e a sociedade em segundo, do direito de preferência.

Artigo 8º

(Gerência)

A gerência da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, é exercida pelo sócio Cipriano Freire Ramos, que fica desde já designado gerente.

Artigo 9º

(Competência)

Compete à gerência dar execução aos preceitos legais e estatutários e às deliberações dos sócios, competindo-lhe, para o

efeito, os mais amplos poderes de gestão, de administração e de representação da sociedade, em juízo e fora dele, activa ou passivamente, perante terceiros, nomeadamente, os de propor e contestar quaisquer acções, transigir ou desistir das mesmas, comprometer-se em arbitragens, podendo para o efeito delegar os seus poderes em mandatários; dar ou tomar em arrendamento, trespassar ou tomar de trespassar, ceder ou tomar de exploração quaisquer instalações da ou para a sociedade; contratar trabalhadores para a sociedade e exercer sobre os mesmos o correspondente poder disciplinar; estabelecer toda organização administrativa da sociedade; em suma, tudo quanto seja necessário e adequado à plena realização do objecto social.

Artigo 10º

(Obrigações da sociedade)

A sociedade não pode ser obrigada em contrato, fianças, abonações, letras de favor e outros documentos estranhos aos negócios, ficando o gerente pessoalmente responsável pelos prejuízos que daí advierem para a sociedade.

Artigo 11º

(Representação)

A gerência poderá designar procuradores, a quem compete aticar determinados actos nos limites dos respectivos mandatos.

Artigo 12º

Balanços

Os balanços são feitos anualmente, encerrando-se a 31 de Dezembro do respectivo ano e devendo ser apresentados até 31 de Março do ano subsequente.

Artigo 13º

(Lucros)

1. Os lucros líquidos evidenciados no balanço anual, depois de constituídas as reservas legais ou outras, neste caso precedendo deliberação dos sócios, terão aplicação que vier a ser deliberada em assembleia-geral, sem dependência de qualquer montante mínimo de distribuição.

2. O gerente, mediante parecer favorável do órgão de fiscalização poderá distribuir aos sócios lucros ou reservas no decurso de um exercício, nos termos previstos na lei. Na falta de órgão de fiscalização só pode ser feita se os sócios previamente deliberarem nesse sentido.

3. As quotas representativas de aumentos de capital social só darão direito a participar nos lucros a distribuir, proporcionalmente ao período compreendido entre a data da sua subscrição e realização e o encerramento do exercício social que estiver em curso.

Artigo 14º

(Ano Social)

O ano social é o civil.

Artigo 15º

(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade dissolver-se-á nos casos previstos na lei e quando deliberado pela assembleia-geral.

2. A assembleia-geral que delibere a dissolução da sociedade determinará o prazo para a sua liquidação e nomeará os respectivos liquidatários.

Artigo 16º

(Sucessão)

Em caso de morte ou interdição de qualquer sócio a sociedade continuará com os restantes e com os herdeiros, que receberão, pela forma que for combinado, o que se apurar pertencer-lhes.

Artigo 17º

(Casos Omissos)

Em tudo o que não estiver previsto nos presentes estatutos, aplicar-se-ão as disposições legais vigentes, devendo os sócios submeter previamente as suas divergências à assembleia geral antes do recurso aos órgãos jurisdicionais.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 2 de Junho do 2004. — O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(287)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de três folhas estão conformes os originais na qual foi constituída uma sociedade por quotas com a denominação "SANTIAGO,CENTRAL DE DESENHOS, LDª"

CONTRATO DE SOCIEDADE

António Miguel Barros Santiago, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - S. Vicente, residente na Ponta d'Água, cidade da Praia, portador do Bilhete de Identidade nº 214378, emitido aos 07.02.00 pelo Arquivo de Identificação da Praia, por si,

E

Domingos Lopes da Rocha, de nacionalidade Cabo-verdiana, solteiro, maior, natural da República Democrática de São Tomé e Príncipe, residente em Achadinha, cidade da Praia, portador do Bilhete de Identidade nº 315244, emitido aos 26.12.02 pelo Arquivo de Identificação da Praia.

Que, pelo presente Contrato, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas nos termos dos artigos seguintes:

Artigo 1º

A Sociedade adopta a firma de "SANTIAGO, CENTRAL DE DESENHOS, Lda."

Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede na Fazenda - Cidade da Praia, podendo criar filiais ou outras formas de representação em qualquer ponto do país ou no estrangeiro.

Artigo 3º

A sociedade constitui-se por tempo indeterminado.

Artigo 4º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços, nomeadamente:

- Nas áreas de Desenhos de Projectos, Formação;
- Importação e Comercialização de Materiais de Escritório;
- Serviços de Cópias e Fotocópias.

Artigo 5º

O capital social é de 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos), e encontra-se integralmente realizado em dinheiro, representado por duas quotas:

- a) Uma quota no valor nominal de 125.000\$00 (cento e vinte e cinco mil escudos) pertencente ao sócio António Miguel Barros Santiago.
- b) Uma quota nominal no valor de 125.000\$00 (cento e vinte e cinco mil escudos) pertencente ao sócio Domingos Lopes Rocha.

Artigo 6º

O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes por deliberação da assembleia-geral.

Artigo 7º

É livre a cessão de quotas entre os sócios, ficando a cessão a terceiros sujeita ao consentimento prévio de todos os sócios, que terão direito de preferência na aquisição.

Artigo 8º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio que for designado, com dispensa de caução e remuneração de acordo com o que for deliberado.

Artigo 9º

A sociedade obriga-se, nos seus actos e contratos pela assinatura de dois dos seus sócios.

Artigo 10º

A sociedade poderá nomear mandatários ou procuradores, nos termos do artigo 323º/5 do Código das Empresas Comerciais.

Artigo 11º

É interdito obrigar a sociedade em fianças, abonações de letras de favor e demais actos e contratos estranhos aos interesses da sociedade.

Artigo 12º

As reuniões da assembleia-geral serão convocadas pela gerência por cartas registadas com aviso de recepção ou remetidas com protocolo a todos os sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

Artigo 13º

Os lucros líquidos da sociedade, após dedução da reserva legal, serão divididos pelos sócios.

Artigo 14º

A sociedade dissolve-se por decisão unânime de todos os sócios ou nos termos da lei em vigor.

Artigo 15º

Em caso de dissolução o património social terá o fim que os sócios acordarem, e de acordo com o estabelecido na lei.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 9 de Junho do 2004. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(288)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de três folhas estão conformes os originais na qual foi constituída uma sociedade unipessoal com a denominação "CABOCO-OFFICINA DE CARPINTARIA E MARCENARIA, CONSTRUÇÃO CIVIL E COMERCIALIZAÇÃO – Sociedade Unipessoal, Lda."

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do nº 1 do artigo 130º CEC.

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE UNIPESSOAL
POR QUOTAS

Augusto de Pina Andrade, solteiro, maior, carpinteiro marceneiro e sub-empregado de construção civil, natural de São Lourenço, São Filipe, portador do Bilhete de Identidade nº 99593, emitido pelo Arquivo de Identificação da Praia em 16 de Fevereiro de 2004,

residente em Monte Vermelho, arredores desta cidade, e por ele foi dito que pelo presente contrato constitui uma sociedade de carpintaria, marcenaria e construção civil, unipessoal por quotas, nos termos constantes dos artigos seguintes.

Artigo 1º

(Firma)

A sociedade adopta a firma "CABOCO – Oficina de Carpintaria e Marcenaria, – Construção Civil e Comercialização de Mobiliário – Sociedade Unipessoal Lda." Tem a sua sede em Tira Chapéu, que por decisão de gerência poderá ser deslocada para outro lugar dentro do território nacional.

Artigo 2º

(Objecto)

A sociedade tem por objecto social a prestação de serviço de carpintaria comercialização de mobiliário e construção civil, bem como importação de materiais de carpintaria e equipamentos.

Artigo 3º

(Duração)

A duração da sociedade é por tempo indeterminada.

Artigo 4º

(Capital social)

O capital social é de 2.500.000\$00 (dois milhões e quinhentos mil escudos) integralmente realizado em equipamentos, correspondente a uma quota daquele valor nominal pertencente ao sócio Augusto de Pina Andrade.

Artigo 5º

(Gerência)

1. A sociedade é administrada e representada em juízo e fora dele activa ou passivamente, pelo seu único sócio.

2. A gerência será exercida pelo sócio único.

3. A remuneração da gerência será conforme o deliberado pelo assembleia-geral.

Artigo 6º

(Vinculação)

1. A sociedade obriga-se em todos actos e contratos, com a assinatura do gerente.

2. A sociedade não se obriga em contratos, fianças, avales, letras de favor e outros actos ou documentos estranhos ao seu objecto social.

3. O gerente é responsável, pessoal e solidariamente, pelos prejuízos que possam advir para a sociedade, caso contrarie a disposição contida nº 2 supra.

Artigo 7º

(Assembleia-geral)

Quando a lei não determinar formalidade especiais, a assembleia-geral será convocada por carta registada com aviso de recepção e antecedência de 15 de dias.

Artigo 8º

(Fiscalização)

A fiscalização da sociedade poderá ser feita por revisores ou sociedades revisoras devidamente reconhecidas.

Artigo 9º

(Balanços e resultados)

1. Os balanços serão realizados anualmente encerrados com referência a trinta e um de Dezembro, devendo a apresentação dos mesmos ser feita até trinta e um de Março do ano subsequente.

2. Os resultados líquidos apurados serão aplicados em função de decisão da assembleia-geral, deduzida a reserva legal.

Artigo 10º

(Ano social)

Para todos os efeitos o ano social é o civil.

Artigo 11º

(Dissolução)

A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei ou por vontade da assembleia-geral previamente convocada para o efeito, procedendo-se partilha conforme o acordado e o que for de direito.

Artigo 12º

(Autorização)

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade, pelo que a gerência fica autorizada a celebrar quaisquer negócios, bem como levantar as entradas depositados para a satisfação das obrigações correspondentes.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 14 de Junho do 2004. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(289)

ASSOCIAÇÃO “REVELAÇÃO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE SÃO NICOLAU”

Certifica para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 25/VI/2003 de 21 de Julho, que no dia 14 de Abril de 2004, na Conservatória dos Registos da Região de 1ª Classe de São Vicente perante o Conservador, Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva, foi lavrada sob o nº 5 a constituição da associação sem fins lucrativos, denominada “REVELAÇÃO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE SÃO NICOLAU”, com sede em Rª Brava - São Nicolau, de duração indeterminada, com o património inicial de trezentos mil escudos, representada perante terceiros pelo presidente do Conselho da Direcção Egidio Manuel de Brito, e cujo objecto principal é desenvolver a cooperação e convivência com os seus membros; investigar, dançar e promover actuações e danças tradicionais, nomeadamente contradança, valsa e mazurca; Ensaiai músicas tradicionais e estrangeiras; Desenvolver laços de amizade e solidariedade com associações nacionais e no estrangeiro; Promover e participar em palestras para debates de problemas relacionados com juventude.

Conservatória do Registo da Região de 1ª Classe de São Vicente, aos 27 de Abril do 2004. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(290)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída matricula inscrição em vigor;
- c) Que foi requerida pelo número três do diário do dia catorze de Junho do corrente, por Larissa Petrovna Kartashova Rodrigues;
- d) Que ocupa duas folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 425/04

Artº 1º	40\$00
Artº 9º	30\$00
Artº 11º, 1	150\$00
IMP – Soma	220\$00
10% C. J.	22\$00
Artº 24º a)	3\$00
Selo do Livro	2\$00
Soma Total	247\$00

São: (duzentos e quarenta e sete escudos)

Elaborado nos termos da nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito, do Código do Notariado, através do Decreto-Legislativo número dois barra noventa e sete de dez de Fevereiro, que faz parte integrante, da escritura de Constituição da Sociedade Comercial por quotas denominada “EDIÇÕES ARTELETRA – SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA”, celebrada no dia catorze de Junho do ano de dois mil e quatro na Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente, matriculada sob o número 911.

Conservatória do Registo da Região de 1ª Classe de São Vicente

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída matricula inscrição em vigor;
- c) Que foi requerida pelo número cinco do diário do dia vinte e sete de Abril do corrente, por Delegação dos Registos da Rª Brava São Nicolau.
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 353/04

Artº 1º	40\$00
Artº 9º	30\$00
Artº 11º, 1	150\$00
IMP – Soma	220\$00
10% C. J.	22\$00
Artº 24º a)	3\$00
Selo do Livro	2\$00
Soma Total	247\$00

São: (duzentos e quarenta e sete escudos)

PACTO SOCIAL DA “EDIÇÕES ARTELETRA,
Sociedade Unipessoal, Lda”

Primeiro

(Firma)

A firma Social é EDIÇÕES ARTELETRA, Sociedade Unipessoal, Limitada.

Segundo

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto o exercício das actividades de edição em geral e distribuição, nomeadamente de jornais, revistas, livros, discos, bem ainda a edição de produtos audiovisuais e cinematográficos, a exploração de indústria gráfica, podendo dedicar-se a outras actividades afins, complementares ou conexas com o seu objecto social.

2. A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas bem como em quaisquer sociedades.

Terceiro

(Sede)

A sede da sociedade é na cidade do Mindelo, podendo a gerência deslocá-la para outro local do território nacional, e ainda criar ou abrir delegações ou quaisquer outras formas de representação em qualquer ponto do país.

Quarto

(Capital Social)

1. O capital social é de 1.000.000\$00 (um milhão de escudos) é correspondente a uma quota do mesmo valor, pertencente à sócia única, Larissa Petrovna Kartashova Rodrigues.

2. O capital social encontra-se integralmente realizado em dinheiro.

Quinto

(Gerência)

1. A gerência e a representação em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, caberá ao sócio único, com dispensa de caução, podendo, essas funções, também ser exercidas por não sócio, desde que assim deliberado pela assembleia-geral.

2. A remuneração da gerência será conforme vier a deliberar-se pela assembleia-geral.

Sexto

(Vinculação)

A sociedade vincula-se em todos os actos e contratos com assinatura do gerente, designando-se a sócia única.

Sétimo

(Fiscalização)

A fiscalização da sociedade é feita por um contabilista ou auditor devidamente certificado.

Oitavo

(Derrogação)

As normas legais dispositivas poderão ser derogadas por deliberação social.

Nono

(Contratos do sócio com a sociedade)

Podem a sociedade e o sócio único celebrar contratos entre si, desde que tenham relação com o objecto social.

Décimo

(Autorização)

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade ficando a gerência autorizada a celebrar quaisquer negócios em nome

daquela, bem como a levantar as entradas para a aquisição de bens necessários à actividade.

Décimo Primeiro

(Normas Subsidiárias)

Em todo o omissis aplicam as disposições do Código de Empresas Comerciais e as normas de organização e funcionamento da sociedade.

Conservatória do Registo da Região de 1ª Classe de São Vicente, aos 14 de Junho do 2004. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

(291)

Cartório Notarial de Segunda Classe da Região
de Santa Cruz

A NOTÁRIA SUBST: ISABEL MARIA BRITO DUARTE

EXTRACTO

Certifica narrativamente, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano dois mil e três de vinte e um de Julho, que no dia dezasseis do mês de Abril de dois mil e três, no Cartório Notarial da Região de 2ª classe de Santa Cruz, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro barra dois mil e três de folhas cento e vinte e oito a cento e vinte e nove, a escritura de uma associação nos seguintes termos- denominada: “ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TRÁS-OS-MONTES”, abreviadamente designada por “A.D.C.-TRÁS-OS-MONTES”:

Fim: Promoção do desenvolvimento comunitário;

Património inicial: De dezoito mil escudos;

Sede: Em Trás-os-Montes;

Representação perante terceiros: Pelo presidente da direcção com a duração por tempo indeterminado.

Conservatória e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Cruz, Vila de Pedra Badejo, aos 28 de Novembro de 2003. – A Substituta legal do Notário, *Isabel Maria Brito Duarte*.

(292)

A NOTÁRIA SUBST: ISABEL MARIA BRITO DUARTE.

EXTRACTO

Certifica narrativamente, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano dois mil e três de vinte e um de Julho, que no dia dezasseis do mês de Abril de dois mil e três, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Cruz, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro barra dois mil e três de folhas cento e vinte e oito a cento e vinte e nove, a escritura de uma associação nos seguintes termos denominada: “ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BISCAÍNHOS TARRAFAL”, abreviadamente designada por “AGRO-BISCAÍNHOS”:

Fim: Promoção do desenvolvimento comunitário;

Património inicial: De trinta mil escudos;

Sede em Biscaínhos;

Representação perante terceiros: Pelo presidente da direcção com a duração por tempo indeterminado.

Conservatória e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Cruz, Vila de Pedra Badejo, aos 28 de Novembro de 2003. – A Substituta legal do Notário, *Isabel Maria Brito Duarte*.

(293)

CONTAS E BALANCETES

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE

Relatório de Contas de 2003

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. António de Seixas da Costa Leal (CEMG)
Vice-Presidente	Sr. Marcos Fortunato Oliveira (INPS)
Primeiro Secretário	Dra. Evelina Barreto dos Santos (INPS)
Segundo Secretário	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro (CEMG)

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira (CEMG)
Vice-Presidente	Dr. Corsino António Fortes (Ímpar)
Vogal	Dr. António Pereira Neves (INPS) *
Vogal	Sr. Ramiro Andrade Alves Azevedo (CCV)
Vogal	Dr. Francisco José Gonçalves Simões (CEMG)
Vogal	Dr. António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Dr. Atelano João de Henrique Dias da Fonseca (INPS) **

Conselho Fiscal

Presidente	Dra. Eunice da Graça da Luz (CCV)
Vice-Presidente	Dr. Raimundo Duarte (Ímpar)***
Vogal	Dr. Daniel do Rosário dos Santos (INPS)

DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL

Direcção Administrativa	Emanuel Évora Gomes Director
Direcção de Informática	Jorge Henrique Lima Director
Direcção Financeira e Internacional	Manuel Sanches Tavares Júnior Coordenador de Gabinete
Gabinete de Análise e Controlo de Crédito	Filinto Elísio Alves dos Santos Director Adjunto
Gabinete de Instal. Avaliação Imobiliária	Octávio Augusto Silva Melo Chefe de Serviço
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina Coordenador de Gabinete
Gabinete de Auditoria Interna	
Gabinete de Marketing	
Gabinete de Organização e Qualidade	Célia Maria Barreto dos Santos Técnica Assessora
Agência de Assomada	Arlindo Tavares de Melo Sub-Gerente

Agência de Praia-Achada de Santo António	Emanuel Andrade Semedo Gerente
Agência de Praia-Fazenda	Maria Julia do Rosário Ferreira Gerente
Agência de Praia-Plateau	Denise E. C. Mendonça Santos Gerente
Agência de Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos Gerente
Agência de Santa Maria (Sal)	Zenaida Rendaal Évora Sub-Gerente
Agência de Aeroporto Amílcar Cabral (Sal)	Júlia Maria T. Lopes dos Santos Gerente
Agência de Mindelo - Av. 5 de Julho	Águeda Cardoso da Graça Gerente
Agência de Mindelo - Monte Sossego	Manuel Henrique Almeida Gerente
Agência de Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado Gerente
Agência de Palmarejo	Carla Soraya Ribeiro Sub-Gerente

Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos

Há um ano atrás, ao eleger este mesmo espaço para partilhar as aspirações estratégicas, a médio e longo prazo, da Caixa Económica de Cabo Verde, sublinhando a conclusão de um processo de exigentes realizações, ao mesmo tempo que antecipava o início de um novo ciclo de desenvolvimento, dificilmente se poderia prever a magnitude e o ritmo das mudanças que se avizinhavam, configurando um novo ciclo para a economia mundial, com assumidas dificuldades para países com as estruturas produtivas mais vulneráveis como é o nosso.

O desempenho da Caixa Económica de Cabo Verde, no exercício de 2003, marcado por uma importante reorganização do seu sistema de governo, confirma a boa estratégia estabelecida para o quadriénio 2000-2004, baseada num programa de crescimento selectivo e mais eficiente, quer do ponto de vista dos custos operativos, quer na perspectiva da afectação do capital.

Em 2003, a Caixa Económica de Cabo Verde conseguiu superar as metas propostas na redução de custos e evidenciou, simultaneamente, um forte ritmo de crescimento da sua actividade, continuando a apresentar os melhores indicadores de risco e de solidez do mercado nacional. O lucro líquido registou um crescimento de 26%, apesar da pressão, sobre a margem financeira, imposta pelo aumento das reservas do Banco Central e da redução das taxas de juro.

Apesar de todos estes constrangimentos, conseguimos alcançar, e em muitos dos casos ultrapassar, os objectivos a que nos propusemos no plano estratégico 2000-2004.

A crise dos mercados financeiros internacionais repercutiu-se nas tendências que se vinham desenhando à escala global, ocasionando uma pausa nos movimentos inter-sectoriais e de concentrações, a forte retracção dos projectos de investimento mais ambiciosos, provocando, desse modo, desequilíbrios financeiros nas empresas mais endividadas e inviabilizando o cumprimento dos seus planos de negócio.

A compreensão das dificuldades e das alterações no contexto em que se enquadra a Caixa Económica de Cabo Verde levou-nos a agir decididamente, com o propósito de adequar as orientações estratégicas a uma nova situação e a responder positivamente aos novos desafios; foi neste contexto que se resolveu centrar as prioridades na distribuição de produtos e serviços financeiros a retalho, na medida em que este segmento de mercado representa um maior potencial de crescimento, e no reforço da solidez patrimonial.

(*) Cooptado em Sessão do Conselho de Administração de 8 de Dezembro de 2003, em substituição do Dr. João Pinto Serra.

(**) Cooptado em Sessão do Conselho de Administração de 4 de Julho de 2003, tendo assumido funções em 1 de Agosto de 2003, em substituição da Dra. Helena Augusta Almeida Fontes.

(***) Foi designado pelo accionista Impar-Companhia de Seguros Caboverdiana, em 11/07/2003, em substituição do Dr. Albertino Xisto Almeida.

No que concerne aos fundos próprios, prosseguimos os esforços de mobilizar e otimizar a afectação de capital, de modo a situar o rácio de solvabilidade da Caixa Económica de Cabo Verde num patamar superior ao enquadramento legal, permitindo, por enquanto, continuar o desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e aumento da sua implantação nacional.

Reconhecemos que o exercício de 2003 foi muito exigente, envolvendo tomadas de decisões difíceis, mas ponderadas, para o que se tornou muito importante e continuará a ser crucial não cedermos a ondas de pessimismo e conformismo.

Ao contrário, num espírito de confiança e realismo, iremos continuar a consolidar as bases para projectar o futuro da nossa Instituição, cientes das capacidades de que dispomos e da vontade de tudo fazermos para as aperfeiçoar e desenvolver, dispondo de negócios inovadores, suportados por tecnologias e plataformas informáticas avançadas, de forma a obter um posicionamento ímpar no mercado nacional.

No âmbito da gestão da Sociedade, a Caixa Económica de Cabo Verde centrou a sua actuação na adopção de mecanismos de reforço da transparência e de acções pioneiras das melhores práticas que visam garantir uma gestão responsável e orientada para a criação de valor.

Também ao nível das responsabilidades sociais, a Caixa Económica de Cabo Verde, durante o ano de 2003, contribuiu decididamente para a implementação de um conjunto de iniciativas de alcance abrangente, no sentido de aprofundar o compromisso social nas suas múltiplas vertentes, seja nas relações com clientes, accionistas e colaboradores, seja na interacção com a comunidade.

Agradecemos, penhorados, a confiança que, mais uma vez, ao longo de todo o exercício, nos foi demonstrada pelos nossos accionistas e clientes, e à qual o Conselho de Administração da Caixa Económica e os seus colaboradores continuarão a corresponder com o profissionalismo, dedicação e espírito de inovação que têm marcado a sua actividade.

A todos os colaboradores da Caixa Económica de Cabo Verde, uma palavra de apreço pelo esforço, dedicação e qualidade exemplar do seu desempenho, neste ano particularmente difícil, que foi o ano de 2003, bem como às suas famílias, pela compreensão demonstrada e sem a qual não teríamos atingido tão elevado grau de qualidade.

Às Autoridades Monetárias e Financeiras, bem como ao nosso Conselho Fiscal, dirigimos igualmente palavras de elevado apreço e agradecimento, por todo o apoio concedido.

O Conselho de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores	Unidades	2003	2002
1. Dimensão			
Activo Líquido	mil contos	14.866,4	13.328,0
Variação	%	11,5	13,8
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	mil contos	1.389,2	1.274,5
Crédito sobre Clientes	mil contos	9.840,6	7.924,8
Depósitos de Clientes	mil contos	12.553,1	11.108,9
Trabalhadores	unidades	150	137
Agências e Outras Formas de Representação	unidades	25	23
Agências	unidades	11	11
Delegações nos Correios	unidades	13	12
2. Rendibilidade			
Resultado Líquido do Exercício	mil contos	226,5	180,2
Cash Flow do Exercício	mil contos	355,4	324,2
Resultado do Exercício /Activo Líquido Médio (ROA)	%	1,6	1,4
Resultado do Exercício/Recursos Próprios Médios (ROE)	%	17,0	14,5

3. Prudenciais

Rácio de Solvabilidade (BCV - Aviso 1/99)	%	13,5	16,0
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado/F. Próprios)	%	27,2	24,0
Provisões Crédito Vencido /Crédito e Juros Vencidos	%	74,2	80,2

4. Funcionamento

Custos Operativos/Produto Bancário (Cost to Income)	%	63,6	64,6
Produto Bancário/N.º Médio de Trabalhadores	contos	5.547,7	5.027,8
Cash Flow do Exercício/N.º Médio de Trabalhadores	contos	2.476,9	2.437,6

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas, referentes ao Exercício de 2003.

1.1. Enquadramento da Actividade

1.1.1. Economia Internacional

O ano 2003 ficou marcado pela tensão internacional ligada à guerra no Iraque, pela manutenção do espectro de insegurança e ameaças terroristas, pela depreciação acentuada do Dólar face ao Euro e pela inversão da tendência de desaceleração do crescimento nas principais zonas económicas.

As incertezas ligadas ao clima de tensão internacional, associadas à ameaça de deflação na Europa e nos Estados Unidos, condicionaram fortemente o desempenho das principais economias durante o primeiro semestre de 2003.

No segundo semestre, no entanto, com a recuperação da confiança dos agentes económicos e o afastamento do espectro de deflação, a actividade económica registou alguma vitalidade, principalmente nos Estados Unidos, onde o PIB acabou por registar um crescimento na ordem dos 3,2%. Na zona Euro, no entanto, o crescimento do PIB foi muito inferior, não tendo ultrapassado os 0,5%.

Esta retoma de crescimento, explicado essencialmente pelo consumo privado, associado a taxas de juro extremamente baixas, deverá manter-se para o ano de 2004, em que se prevê um crescimento de 4,6% para os EUA e 1,9% para a Europa.

A inflação situou-se nos 2,3% nos EUA e 2,0% na Europa, confirmando, assim, o afastamento da deflação.

A taxa de desemprego atingiu 5,7% nos Estados Unidos da América e 8,8% na Europa.

O Dólar conheceu, durante o ano 2003, níveis históricos de depreciação em relação ao Euro, criando grande incerteza e volatilidade no mercado cambial. O seu nível mais baixo, 1,29/EUR, foi alcançado em finais de Dezembro.

1.1.2. Economia Nacional

A economia cabo-verdiana manteve a tendência de aceleração do crescimento do PIB, iniciada em 2002, conjugada com um nível especialmente baixo e decrescente de inflação.

O crescimento do Produto Interno Bruto atingiu 5,0%, contra os 4,6% verificados em 2002, e é explicado sobretudo pelo aumento da procura interna. A inflação atingiu 1,2%, em 2003, contra 1,9%, em 2002, mantendo, assim, a sua tendência decrescente.

Para o ano 2004 prevê-se um crescimento de 5,0% do PIB e uma taxa de inflação de 2,0%, segundo estimativas do Banco Central.

As necessidades de financiamento do Governo, resultantes da sua política orçamental, tiveram impacto a nível das condições de financiamento interno, nomeadamente nas taxas de juro no mercado primário da dívida pública. Assim, as taxas de juro dos Bilhetes de Tesouro, depois de terem atingido o mínimo de 5,5%, na sequência

de sucessivas reduções registadas no início do ano, subiram para cerca de 8,0% no último trimestre do ano.

A nível do Sistema Financeiro, o ano 2003 ficou marcado por uma série de intervenções do Banco Central no domínio da política monetária e com impacto directo na actividade dos bancos comerciais.

O Banco de Cabo Verde suspendeu a remuneração das disponibilidades mínimas de caixa, com efeito a partir de 1 de Janeiro, afectando negativamente a rentabilidade das instituições bancárias.

Ao mesmo tempo, reduziu as taxas de juro aplicáveis às operações de cedência e absorção de liquidez, tendo a taxa de cedência passado de 10% para 8,5% e a de absorção de 4% para 2,25%.

Em Setembro, o Banco Central procedeu de novo a uma redução da taxa de juro de absorção de liquidez, que passou de 2,25% para 1%, enquanto que manteve inalterada em 8,5% a taxa de cedência de liquidez.

A taxa das Reservas Mínimas de Caixa foi aumentada em Outubro, passando de 18% para 19%, como forma de travar o crédito, com o objectivo de minimizar a pressão das importações sobre as reservas externas do país, defendendo, assim, a sustentabilidade da paridade cambial do Escudo face ao Euro.

O Crédito Interno Total teve um crescimento de 11,1%, contra 13,1%, em 2002, segundo dados do Banco Central.

As disponibilidades externas líquidas tiveram uma redução de 10,2% como resultado, entre outros, do aumento da procura interna e das suas pressões sobre as importações.

Foi aprovada a lei e as instruções do Banco Central sobre o branqueamento de capitais, com o objectivo de prevenir a utilização do sistema bancário para o branqueamento de fundos ilícitos, salvaguardando, assim, a credibilidade das instituições financeiras.

Indicadores da Economia Cabo-verdiana

Designação	2003	2002
Produto Interno Bruto	5,0%	4,6%
Inflação	1,2%	1,9%
Desemprego	17%*	16,9%
Credito Interno Total	11,1%	13,1%
Massa Monetária	9,1%	13%

A nível do sector bancário, ocorreram, durante o ano 2003, alguns factos relevantes e que tiveram impacto, tanto na actividade bancária, como na rentabilidade e na liquidez das instituições bancárias.

No dia 1 Março, na sequência da decisão tomada pelo Banco Central de reduzir as taxas de juro de cedência e de absorção de liquidez, os bancos comerciais procederam à descida das taxas de juro das operações activas e passivas.

Esta medida veio, por um lado, fomentar a procura de crédito e, por outro lado, tornar menos atractivas as condições de remuneração dos depósitos, especialmente dos depósitos dos emigrantes, que conheceram uma redução de 1,75 pontos percentuais.

A procura de crédito experimentou um aumento substancial, como consequência do aumento da procura interna, por um lado, e como resultado da descida das taxas de juro das operações activas, por outro lado.

Os depósitos, por sua vez, registaram um crescimento em muito menor escala, o que contribuiu para a deterioração da situação de liquidez dos bancos, agravada com a subida da taxa das Reservas Mínimas de Caixa, ocorrida no último trimestre do ano.

As descidas das taxas de juro no mercado primário dos títulos da dívida pública levaram a instituição a canalizar as suas aplicações para o crédito ao sector privado.

1.2. Orientações Estratégicas

As Orientações Estratégicas da Caixa Económica para 2003 visavam, no seguimento das preocupações dos anos anteriores, a conso-

lidação e a expansão da Caixa, a criação de novos produtos e serviços, a melhoria da imagem da instituição, o desenvolvimento duma cultura de prestação de serviço virada para o cliente e para a qualidade, o reforço do posicionamento da Caixa junto da diáspora cabo-verdiana, a racionalização dos serviços, o aumento do controlo de custos e a intensificação do acompanhamento do crédito.

O ano 2003 ficou marcado por uma série de realizações com impacto directo na actividade, na visibilidade e na afirmação da instituição no mercado interno e externo, bem como na sua rentabilidade.

A Caixa comemorou os seus 75 anos e aproveitou este evento para realizar um vasto programa de actividades, contemplando, entre outros, a realização de uma Conferência sobre a Evolução da Caixa e o seu Papel no Sistema Financeiro Cabo-verdiano, o patrocínio de várias actividades culturais, artísticas e sociais e a promoção de produtos de poupança, através de campanhas televisivas e concursos radiofónicos.

Foi inaugurada, no dia 13 Maio, a nova Agência da Caixa na Cidade de Assomada, Santa Catarina. Trata-se duma instalação moderna, situada num ponto estratégico da cidade, que visa proporcionar melhores condições de funcionamento e de atendimento, num mercado com elevada potencialidade no domínio dos depósitos de emigrantes.

No dia 1 de Maio, foi lançada, em parceria com o INPS, a primeira pedra para a construção da Agência da Caixa em S. Felipe, ilha do Fogo, mercado com potencialidade a nível da poupança dos emigrantes.

Foi aberto, no centro comercial de Sucupira, cidade da Praia, um posto de atendimento para as operações da Caixa, com destaque para as operações de transferência de fundos, como forma de, por um lado, minimizar os constrangimentos existentes na Agência da Fazenda a nível do atendimento e, por outro lado, dar uma maior atenção às operações da *Western Union*.

Enquadrada na parceria com os Correios de Cabo Verde e na aposta feita no aproveitamento da sua rede de Estações como Delegações da Caixa para complementar a rede de Agências da nossa instituição, foi inaugurada nas instalações dos Correios no Concelho de S. Domingos uma delegação da Caixa em *on-line*.

Proseguindo a sua política de modernização dos canais de distribuição, foram instalados mais três ATM's, sendo dois na Praia e outro em Assomada, Santa Catarina.

Para equacionar a questão da qualidade do serviço prestado foi criado o Gabinete de Controlo de Qualidade e deu-se início à implementação do Manual de Organização e Procedimentos, para além de ter sido reforçado o processo de formação, enquadramento e acompanhamento dos nossos colaboradores.

Com o objectivo de lutar contra o crédito vencido e minimizar o seu rácio, foi instalado um serviço de Pré - Contencioso para coadjuvar as agências no processo de regularização dos créditos vencidos.

Foram reforçados os procedimentos de controlo a nível das agências, com o objectivo de identificar as deficiências, as áreas e os factores de risco e propor medidas preventivas e correctivas.

A Caixa continuou a apostar na mobilização da poupança dos emigrantes, tendo este ano realizado encontros com os emigrantes nos três concelhos de Santo Antão e nas duas cidades mais importantes de Luxemburgo, além da criação de um depósito a prazo a 2 anos denominado Caixa Super Emigrante.

1.3. Principais Aspectos Institucionais

A Caixa conheceu, no exercício de 2003, alterações nos seus órgãos sociais, com a substituição de dois Administradores e de um membro do Conselho Fiscal.

Tendo em consideração a necessidade urgente de uma sede própria e instalações condignas para os seus serviços, foi dado um passo importante em direcção à solução desses constrangimentos, com a aquisição de um terreno na cidade da Praia para a construção da sede da Instituição.

O mercado continua a avaliar positivamente a Caixa Económica, tendo sido registada muita procura das suas acções no mercado secundário. Durante o exercício de 2003, foram transaccionadas neste

* segundo estimativa do Ministério das Finanças.

mercado 1574 acções da Caixa Económica, tendo as mesmas sido negociadas ao valor máximo atingido no ano anterior, isto é, 6.000\$00.

Distribuição do Capital Social

Entidade	Nº. de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	106.231	30,5%
Montepio Geral -Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar - Companhia Caboverdiana de Seguros	38.368	11,0%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local*	26.045	7,5%
Outros Subscritores	24.638	7,1%
Trabalhadores	5.082	1,5%
Total	348.000	100,0%

2. Síntese da Actividade

O ano 2003 pode ser considerado como de muito bom desempenho para a instituição. Com efeito, apesar das medidas restritivas de política monetária tomadas durante o exercício, todos os seus indicadores de desempenho evoluíram positivamente, reforçando a sua afirmação como instituição de referência no sector financeiro nacional.

Registou-se um crescimento muito acentuado do crédito, quer em relação ao ano anterior, quer em relação ao acréscimo dos depósitos, resultando nalguma pressão sobre a liquidez da instituição. Com efeito, o crédito total a clientes teve uma subida em 2003, de 24,2%, quando em 2002 foi de 13,6%. De realçar o crescimento registado a nível do crédito a particulares, que atingiu 32,4%, explicado, essencialmente, pela combinação de dois factores: por um lado, a diminuição das taxas de juros verificada em Março e, por outro, o sucesso do novo produto de crédito a particulares, o CrediCaixa.

Os Depósitos, contrariamente ao crédito, cresceram menos do que em 2002 (13,2%, contra 19,7% verificados no ano anterior). Este crescimento é, no entanto, ligeiramente superior ao verificado no sistema bancário, que foi de cerca de 12,8%, resultando num aumento da nossa quota de mercado. Em termos de análise por segmentos, os depósitos de residentes aumentaram 9,5% e os dos emigrantes 20,1%. Esta redução do ritmo de crescimento é explicada, essencialmente, pelo efeito da descida da taxa de juro, especialmente nos depósitos dos emigrantes.

As nossas quotas de mercado, tanto a nível global, como a nível sectorial, evoluíram positivamente. Assim, a nossa quota de mercado global (Depósitos e Créditos) passou de 23,6%, em Dezembro de 2002, para 24,1%, em Dezembro de 2003.

Nos depósitos, a nossa quota passou de 23,3% para 23,9%, enquanto que no crédito subiu de 24,0% para 24,2%. Foi no segmento de crédito à economia onde a nossa quota de mercado teve o maior crescimento, passando de 33,0% para 35,2%.

O Activo Líquido da instituição registou um acréscimo de 11,5%, atingindo 14.866 milhares de contos, em 2003, contra 13.328 milhares de contos, em 2002.

O *Cost to Income Ratio* (Custos Administrativos + Amortizações / Produto Bancário) evoluiu positivamente, passando de 64,6%, em 2002, para 63,6%, em 2003.

O produto bancário por número médio de trabalhadores subiu de 5.027,8 contos para 5.547,7 contos.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 226.562 contos, representando um crescimento de 25,7%, em relação a 2002.

A rentabilidade dos fundos próprios médios elevou-se a 17,0%, contra 14,5%, em 2002.

*Grupo de 50 empresários e quadros nacionais

A qualidade do activo conheceu uma melhoria substancial, tendo o rácio de crédito vencido passado de 5,12%, em 2002, para 4,63%, em 2003. O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos baixou de 80,2% para 74,2%, como consequência da diminuição do peso da classe de crédito vencido há mais de 12 meses na carteira.

Como consequência do forte crescimento do crédito, os rácios de equilíbrio financeiro sofreram uma deterioração em relação ao ano 2002, tendo o rácio de solvabilidade passado de 16,0% para 13,5%.

A liquidez sofreu igualmente uma redução em relação ao ano anterior, em consequência do desequilíbrio verificado entre os crescimentos do crédito e dos depósitos.

3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os depósitos totais atingiram o valor de 12.358.816 contos, mais 1.448.498 contos do que no ano de 2002, ou seja um crescimento de 13,3 %, superior ao verificado a nível do sistema bancário, o que confirma a consolidação progressiva da posição da Caixa no mercado nacional.

Evolução dos Depósitos

(contos)

Designação	2003		2002		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	7.756.626	63	7.079.648	65	676.978	9,6
- Depósitos à Ordem	4.681.769	38	4.575.380	42	106.389	2,3
- Depósitos a Prazo	2.719.377	22	1.989.488	18	729.889	36,7
- Títulos do Tesouro	355.480	3	514.780	5	-159.300	-30,9
Emigrantes	4.602.190	37	3.830.670	35	771.520	20,1
- Depósitos à Ordem	406.679	3	406.291	4	388	0,1
- Depósitos a Prazo	4.195.511	34	3.424.379	31	771.132	22,5
TOTAL	12.358.816	100	10.910.318	100	1.448.498	13,3

Os depósitos dos emigrantes continuaram a crescer a taxas muito superiores às dos residentes, apesar da significativa desaceleração verificada em relação ao ano anterior, devida à expressiva redução verificada na taxa de juro. Com efeito, os depósitos de residentes registaram um crescimento de 9,6%, em relação ao ano de 2002, enquanto que os depósitos de emigrantes cresceram 20,1 %.

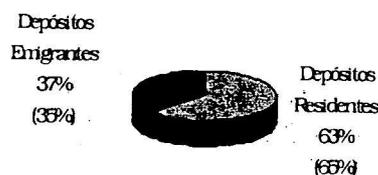
Nos depósitos de residentes, os depósitos a prazo continuam a ser o principal motor do crescimento, aumentando, assim, progressivamente, a sua quota parte, tanto nesse segmento de depósitos, como no total. Esta evolução, se é positiva para a actividade e para a estabilidade dos recursos, tem um impacto negativo no custo médio ponderado dos fundos.

As contas de Títulos do Tesouro diminuíram em relação ao ano de 2002, tendo em conta que a nossa participação no mercado primário foi muito limitada, devido, por um lado, às descidas verificadas a nível das taxas de juros dos Títulos do Tesouro e, por outro lado, às limitações enfrentadas a nível da liquidez.

Quanto aos outros recursos não registaram alterações significativas.

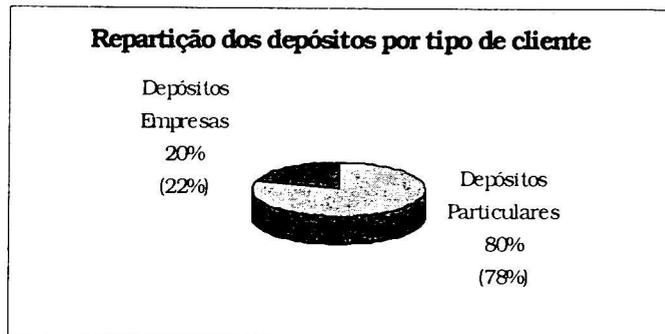
A quota parte dos depósitos dos emigrantes no total dos depósitos passou de 35%, em 2002, para 37%, em 2003.

Repartição dos depósitos por segmento de mercado



Nota: O valor entre parêntesis refere-se a 2002.

A análise da evolução dos depósitos por tipo de clientes revela que os depósitos de particulares constituem 80% dos depósitos totais, o que confirma a vocação da Caixa Económica como banco de particulares. Por outro lado, mostra a necessidade de reforçarmos o nosso posicionamento junto do segmento das empresas e do sector público, como forma de ganhar quota de mercado.



Nota: O valor entre parêntesis refere-se ao ano de 2002

3.2. Créditos

3.2.1. - Actividade Creditícia

A actividade de crédito, a nível da instituição, conheceu um incremento substancial em relação ao ano anterior, explicado pela conjugação de vários factores, de entre os quais o aumento da procura interna, como resultado da descida das taxas de juro activas, e o dinamismo e inovação comercial da instituição.

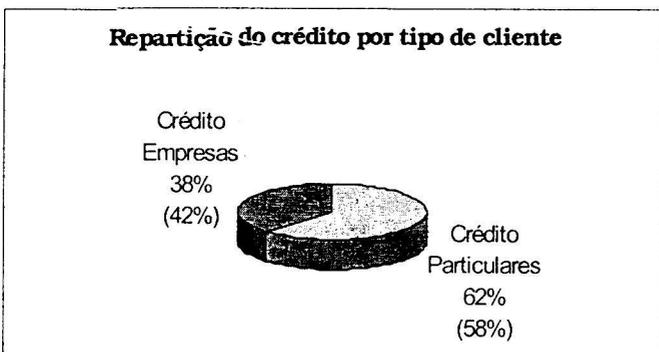
Com efeito, o crédito total aumentou 1.915.852 contos (+ 24,2%), passando de 7.924.764 contos, em 2002, para 9.840.616 contos, em 2003.

O crédito a Particulares, que representa 62% da carteira de crédito da instituição, teve um crescimento de 32,4%, enquanto que o crédito às empresas cresceu apenas 12,6%.

É de realçar o crescimento espectacular do crédito a particulares para Outros Fins, que atingiu os 888.664 contos (+136,8%, em relação a 2002).

Evolução do Crédito (contos)

Designação	2003		2002		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Particulares	6.133.962	62	4.631.994	58	1.501.968	32,4
- Habitação	4.595.635	46	3.982.331	50	613.304	15,4
- Outros Fins	1.538.327	16	649.663	8	888.664	136,8
2. Empresas	3.706.654	38	3.292.770	42	413.884	12,6
- Investimento	3.111.640	32	2.496.954	32	614.686	24,6
- Tesouraria	595.014	6	795.816	10	-200.802	-25,3
Crédito Total	9.840.616	100	7.924.764	100	1.915.852	24,2



Nota: O valor entre parêntesis refere-se a 2002

Apesar da importância crescente do crédito ao investimento e das outras categorias de crédito, o crédito à habitação continua a ser o que tem maior expressão na carteira da Caixa Económica, representando 46% do total. Houve, no entanto, uma diminuição do seu peso em relação a 2002, em que representava 50% da carteira total.



Nota: O valor entre parêntesis refere-se a 2002

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade demonstra que 91% da carteira é constituída por crédito a médio ou longo prazo (maturidade superior a um ano), o que afecta negativamente o rácio de cobertura das responsabilidades a curto prazo. Este agravamento é devido, em parte, à diminuição verificada a nível do Crédito à Tesouraria (-200.802 contos), cujo peso na carteira passou de 10%, em 2002, para 6%, em 2003.

Evolução do Crédito Normal por Prazo (contos)

Designação	2003		2002		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curto Prazo	843.883	9,0%	1.145.945	15,2	-302.063	26,4
Médio ou longo Prazo	8.541.427	91,0%	6.373.239	84,8%	2.168.188	34,0%
Total	9.385.310	100%	7.519.184	100,0%	1.866.126	24,0%

Em 2003, foram celebrados 3740 novos contratos de crédito, por um montante global de 4.263.205 contos, registando, assim, um aumento de 1.039.590 contos (+ 32,2%) em relação a 2002, com a seguinte distribuição: 29,6 % foram de crédito a particulares para Outros Fins, 27,3% de crédito ao Investimento, 24,5% de crédito à Tesouraria e 18,6% de crédito à Habitação.

Evolução dos contratos de crédito (contos)

Finalidade	2003			2002			Variação	
	Nº	Valor	%	Nº	Valor	%	Valor	%
Habitação	264	792.327	18,6%	298	708.934	22,0%	83.393	11,8%
Part. Outros Fins	2.775	1.261.875	29,6%	1.609	618.685	19,2%	643.190	104,0%
Investimentos	163	1.163.661	27,3%	211	914.677	28,4%	248.984	27,2%
Tesouraria	538	1.045.342	24,5%	298	981.319	30,4%	64.023	6,5%
Total	3.740	4.263.205	100,0%	2.416	3.223.615	100,0%	1.039.590	32,2%

O dinamismo e a inovação comercial impulsionaram a actividade em 2003, com um impacto significativo também a nível dos pedidos de créditos entrados na instituição, que conheceram um aumento de 40,1% em relação a 2002, sendo de destacar o crédito ao investimento com 34,2% do total.

Repartição dos Pedidos de Crédito Entrados (contos)

Finalidade	2003				2002				Variação	
	Nº	Valor	%	Nº	Valor	%	Valor	%		
Habitação	347	1.315.146	22,0%	307	1.032.693	24,2%	282.453	27,4%		
Part. Outros Fins	3.028	1.343.949	22,4%	1.670	669.637	15,3%	674.312	100,7%		
Investimentos	235	2.047.638	34,2%	275	1.560.485	36,5%	487.153	31,2%		
Tesouraria	656	1.274.778	21,3%	522	1.007.720	23,6%	267.057	26,5%		
Total	4.266	5.981.551	100,0%	2.774	4.270.535	100,0%	1.714.975	40,1%		

3.2.2. Crédito e Juros Vencidos

A qualidade da carteira de crédito da Caixa Económica conheceu uma melhoria significativa em relação a 2002, como resultado do efeito conjugado dos esforços realizados na recuperação do

crédito e do acentuado crescimento verificado a nível do crédito total, tendo o rácio de crédito vencido passado de 5,1%, em 2002, para 4,6%, em 2003.

Evolução do crédito e juros vencidos (contos)

Designação	2003		2002		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Particulares	106.428	23	78.106	19	28.322	36,3
- Habitação	56.312	12	29.958	7	26.354	88,0
- Outros Fins	50.116	11	48.148	12	1.968	4,1
2. Empresas	348.878	77	327.472	81	21.403	6,5
- Investimento	235.526	52	216.456	54	19.067	8,8
- Tesouraria	113.352	25	111.016	27	2336	2,1
Total do Crédito e Juros Vencidos	455.306	100	405.581	100	49.725	12,3
- Até 3 Meses	61.071	13	33.240	8	27.831	83,7
- Mais de 3 meses e até 12 meses	70.017	15	62.752	15	7.266	11,6
- Mais de 12 meses	324.218	72	309.589	77	14.629	4,7

O rácio de cobertura do crédito vencido, porém, diminuiu, passando de 80,2%, para 74,2%, como resultado da diminuição do peso dos créditos vencidos há mais de 12 meses na carteira global de crédito vencido.

A análise do rácio de crédito vencido por segmentos revela que o de particulares apresenta menor risco, com especial destaque para o do crédito à habitação.

Evolução do Rácio de Crédito Vencido

Tipo de Crédito	2003	2002
Crédito Habitação	0,85%	0,80%
Crédito Outros Fins	3,76%	5,35%
Crédito Investimento	9,77%	10,19%
Crédito Tesouraria	8,76%	9,15%
Crédito Total	4,63%	5,12%

3.3 Aplicações Financeiras

No exercício de 2003, as novas aplicações financeiras da Caixa são inexpressivas, tanto em termos absolutos, como em relação a 2002. As descidas verificadas nas taxa de juro dos Bilhetes do Tesouro, no início do ano, e as limitações em termos de liquidez enfrentadas a partir do segundo semestre, explicam a fraca participação da Caixa Económica no mercado primário dos títulos da dívida pública em 2003, que se quedou nos 90.260 contos.

Compra de Bilhetes do Tesouro no Mercado Primário

Prazo	Valor (contos)	Taxa média CECV	Taxa média BCV
91 dias	17.340	5,8125%	5,8030%
182 dias	72.920	5,7500%	5,803%
364 dias	-	-	-
TOTAL	90.260		

As taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro sofreram grandes variações ao longo do ano, tendo registado sucessivas reduções no início do ano, atingindo o mínimo de 5,5% e posteriormente subido para cerca de 8,0% no último trimestre do ano.

As transacções no Mercado Secundário de Bilhetes do Tesouro, como resultado da reduzida participação da Caixa no mercado primário, conheceram uma diminuição muito acentuada em relação ao ano anterior. Em 31 de Dezembro, o saldo dos Títulos do Tesouro cedidos no mercado secundário com acordo de recompra atingiam 355.480 contos.

4. Gestão dos Meios

A optimização da relação existente entre qualidade, risco e rentabilidade, a que tem sido atribuída extrema importância e prio-

ridade, conjugada com a multiplicidade dos novos produtos e serviços, impuseram, por um lado, que, ao nível dos meios materiais, fosse tomado um conjunto de medidas que permitisse dotar a nossa instituição das tecnologias adequadas, da definição de novos procedimentos e actualização dos existentes, e, por outro lado, ao nível dos recursos humanos, fossem feitos esforços no sentido de elevar o nível de conhecimentos dos nossos colaboradores, por forma a serem compatíveis com o grau de sofisticação daqueles meios técnicos. Com efeito, tornou-se indispensável possuir os conhecimentos necessários não só para explorar a informação disponível, com vista a uma melhoria da eficiência e controlo do risco da actividade, mas também para uma melhor e mais correcta divulgação da informação pretendida, visando acima de tudo aumentar a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes.

Neste entendimento, entrou em vigor no ano de 2003 o Novo Manual de Organização e Procedimentos, importante instrumento de gestão que permitiu um melhor aproveitamento das características específicas da nossa organização.

4.1 Recursos Humanos

4.1.1 - Gestão do Pessoal

No quadro de uma política de Recursos Humanos descentralizada e de responsabilidade partilhada, entrou em vigor o novo Regulamento Interno, importante instrumento de gestão que irá permitir uma melhoria das relações laborais e da gestão de carreiras, permitindo aos nossos colaboradores condições de trabalho mais aceitáveis, harmonizando, deste modo, os seus objectivos pessoais com os da Instituição.

No seguimento da estratégia delineada, registou-se um aumento do efectivo dos colaboradores em cerca de 9,4%, passando o número de trabalhadores de 137, em 2002, para 150, em 2003. Destes, 17 encontram-se em regime de contrato a termo certo.

O aumento verificado foi sobretudo motivado pelo alargamento da rede comercial e pela reorganização efectuada nos serviços centrais.

No que respeita ao nível de escolaridade, 48 colaboradores (cerca de 32%) possuem formação superior, havendo adoptado o estatuto de trabalhador-estudante 23 trabalhadores (17 no ano de 2002), dos quais 11 estão matriculados no ensino superior.

Em termos de escalões etários, verifica-se que a CECV possui uma população jovem, sendo que, em termos percentuais, cerca de 38% possui entre 21 e 30 anos e 46% possui entre 31 e 40 anos. Em relação a antiguidade, 14,7% dos trabalhadores têm antiguidade inferior a 2 anos e 39% têm uma antiguidade entre 2 e 5 anos. Do total de 150 trabalhadores, 123 têm antiguidade inferior a 10 anos.

Durante o ano de 2003, e com a entrada em vigor do novo Regulamento Interno, que reduziu o tempo de permanência em cada escalão, foram efectuadas 77 progressões e 20 promoções por tempo de serviço.

4.1.2 - Formação

No âmbito da formação profissional, esta foi direccionada, sobretudo, para a qualidade de serviço a ser prestado na rede comercial, marco de diferenciação na actividade bancária.

Neste contexto, foram ministradas acções de formação de atendimento e qualidade de serviço ao cliente, que beneficiou toda a rede comercial. Por outro lado, a convite do Banco de Cabo Verde, foram ministrados vários cursos de formação. A nível externo, e em parceria com a Caixa Económica Montepio Geral, foram efectuados vários estágios em áreas especializadas, como as de auditoria e contencioso.

4.2 - Recursos Tecnológicos e Informáticos

A nível da Tecnologia de Informação, as actividades programadas visaram melhorar o desempenho do sistema e o acompanhamento da sua evolução, afim de aproveitar as novas funcionalidades disponibilizadas pelo fornecedor da aplicação de gestão bancária. Das actividades realizadas, destacamos as seguintes:

- A instalação em todos os balcões, prolongamentos e delegações em *On-line* de um novo *Front-Office* denominado Plataforma Gráfica, funcionando em ambiente *Windows*

e funcionalmente muito superior à anterior aplicação, que corria em ambiente OS2 e que vinha apresentando sérias limitações, devido à descontinuidade de alguns dos periféricos utilizados; este processo foi concluído com sucesso pela Direcção de Informática e implicou a substituição de alguns equipamentos cujas características não satisfaziam as exigências da aplicação;

- Com o objectivo de adequar a capacidade do sistema informático central ao aumento da actividade e permitir a instalação de funcionalidades adicionais, nomeadamente, a central de risco e o *reporting* electrónico para o Banco Central, procedeu-se ao aumento da capacidade dos dois AS400, em cerca de 50%, com a instalação de discos rígidos e memórias adicionais;
- Foram adquiridos todos os equipamentos necessários à instalação da *Intranet*, ficando a aguardar apenas a disponibilização do apoio técnico para a sua implementação;
- Foram instalados, com sucesso, no Balcão do Centro Comercial de Sucupira, postos multifuncionais abrangendo a aplicação bancária (*Front-Office* e *Back-Office*) e a aplicação *Western Union*;
- Foi instalada em todos os postos uma nova aplicação da *Western Union*, suportada pela *Internet*, esperando-se, com este novo programa, uma economia dos custos de telecomunicações;
- Foram disponibilizadas soluções técnicas para o funcionamento em *on-line* de um posto multifunções na Feira Internacional de Cabo Verde e para a inauguração da Delegação *On-line* da Caixa em S. Domingos;
- Foi desenvolvido o suporte informático para o produto de depósito a prazo Caixa Super-emigrante.

4.3 – Organização e Estrutura

4.3.1. Organização Interna

A CECV vem desenvolvendo um esforço de racionalização, consubstanciado num aperfeiçoamento contínuo dos processos de trabalho, tendo por objectivo final uma melhor prestação de serviços aos clientes, a par de uma orientação exclusiva dos recursos humanos para o negócio, tendo por corolário um eficiente controlo de custos.

Neste contexto, foi implementado o novo Manual de Organização e Procedimentos e criado, em simultâneo, o Gabinete de Organização e Qualidade. Este reforço da estrutura organizacional visa primordialmente a implementação dos objectivos propostos no novo Manual.

Assim, e em consonância com outros órgãos internos da CECV, foi criado um Manual de Produtos e Serviços, um Manual de Acolhimento a todos os novos colaboradores e um novo Manual de Informática. Todo este esforço de organização visa aumentar o controlo interno dos balcões, reduzir o risco de fraude e melhorar o atendimento.

O centro de informática foi equipado com um centro de formação, tendo por objectivo principal a formação de novos trabalhadores contratados, bem como permitir a actualização dos conhecimentos dos colaboradores efectivos para a utilização de novas aplicações e funcionalidades.

4.3.2. – Rede Comercial

Em 2003, e no seguimento da estratégia delineada, prosseguiu-se com a política de expansão da rede comercial, com o objectivo de, cada vez mais e melhor, a CECV poder prestar um serviço de qualidade aos seus clientes.

A expansão da rede de distribuição traduziu-se na abertura de um prolongamento no Centro Comercial Sucupira, visando o descongestionamento do nosso balcão Central.

A utilização da rede de distribuição dos Correios de Cabo Verde continua a ser uma opção estratégica para a CECV e, neste entendimento, foi inaugurada mais uma estação *on-line* na Ilha de Santiago, no Concelho de S. Domingos.

A CECV possui, neste momento, treze delegações nas Estações dos Correios de Cabo Verde, situadas algumas delas em localidades em que a CECV não possui Agências.

A 13 de Maio foi inaugurada a nova Agência da Assomada, Concelho de Santa Catarina, em parceria com o INPS, a qual veio proporcionar melhores condições de atendimento aos clientes. Esta inauguração teve a presença de sua Excelência o Senhor Ministro das Finanças, Dr. Carlos Burgo, da Senhora Ministra da Agricultura e Pescas, Dra. Madalena Neves, e do Senhor Governador do Banco Central, Dr. Olavo Correia, entre outras altas individualidades.

Em 2003, também em parceria com o INPS, deu-se início à construção da primeira agência na Ilha do Fogo, no Concelho de São Felipe, estando prevista a sua inauguração por alturas das Festas de São Felipe.

4.3.3. – Novos Canais de Distribuição

No prosseguimento da sua política de redução de custos de funcionamento, a CECV investiu nos mais modernos meios de pagamento tecnológicos, tendo instalado três novos ATM.

De um total de 36 ATM instalados no País, a CECV possui 14, o que representa uma quota de cerca de 39%.

Em termos de cartões Rede Vinti24, até Dezembro de 2003, foram produzidos em todo o sistema 57.410 novos cartões, cabendo à CECV a emissão de 17.907, a que corresponde cerca de 31% do total de novas emissões. Relativamente ao número de transacções, a CECV detém uma quota de cerca de 30%, de um total de 1.578.294.

Devido a alterações na utilização dos sistemas EPMS para o Sistema Biz, em 2003, não se registou nenhuma nova colocação de POS junto de empresas, mas a CECV conseguiu manter a sua quota de mercado (35%).

5. Relações Internacionais

As relações internacionais são de importância estratégica e capital para qualquer instituição bancária com ambição de banco universal, numa economia aberta como é a cabo-verdiana. O desenvolvimento e afirmação da CECV, tanto no plano interno como externo, sempre estiveram fortemente associados à realização de operações bancárias com o estrangeiro e ao aproveitamento das oportunidades que as suas relações internacionais lhe oferecem, tanto no domínio da organização interna, da formação e capacitação dos recursos humanos, como no domínio do seu financiamento. Por isso, a CECV, tradicionalmente, dá atenção especial às suas relações internacionais.

O exercício de 2003 ficou marcado por uma participação activa da CECV nas actividades do Instituto Mundial das Caixas Económicas, de que é membro. Com efeito, a CECV participou na X Assembleia Geral deste Instituto e no XX Congresso Mundial das Caixas Económicas, que tiveram lugar em Madrid, de 22 a 23 de Maio, tendo o Congresso como lema “A Eficiência e o Compromisso Social”. A Assembleia Geral aprovou uma declaração, denominada “Declaração de Madrid”, sobre o posicionamento do Instituto em relação à globalização, como uma plataforma mundial dos bancos de poupança e de retalho, apostada no desenvolvimento económico e social sustentável, através da mobilização dos recursos nacionais e o seu investimento a nível local, regional e nacional, apoiando as pequenas e médias empresas e combatendo a exclusão financeira.

No âmbito da política do IMCE de proporcionar aos seus membros o conhecimento das melhores práticas no domínio da banca, a CECV foi convidada a apresentar a sua experiência em duas conferências internacionais realizadas em Bruxelas, sendo a primeira sobre o relacionamento entre as Caixas Económicas Postais e os Correios Nacionais e a segunda sobre a problemática das Remessas dos Emigrantes.

Com o objectivo de melhorar o equilíbrio entre o Activo e o Passivo, a CECV assinou com o Banco Europeu de Investimentos um contrato de empréstimo para a concessão de uma linha de crédito no valor de 5.000.000,00 de Euros. Simultaneamente, passos importantes foram dados com vista à contratação duma linha de crédito de igual valor junto da Sociedade Financeira Internacional.

A nossa rede de correspondentes sofreu alguns ajustamentos, resultantes das grandes concentrações registadas no sistema bancário a nível internacional, nos últimos anos, tendo alguns bancos deixado de ter interesse por mercados pequenos e por algumas operações cambiais.

Assim, a nossa conta GBP junto do HSBC, de Londres, foi transferida para junto do nosso correspondente em Luxemburgo, enquanto que a nossa conta junto do American Express Bank, de Nova Iorque, foi encerrada.

Estabelecemos a relação de correspondente com o banco Natexis Banque Populaire, de Paris, para diversificar a relação de exclusividade que tínhamos com o BNP-Paribas, agora cada vez mais virado para o *corporate finance*, após a fusão dos dois bancos.

A nível da promoção da CECV junto da diáspora e da mobilização da poupança dos Emigrantes foi criada a conta Caixa Super Emigrante e foram organizados dois encontros com a comunidade cabo-verdiana em Luxemburgo, sendo uma na cidade de Ettelbruck e a outra na cidade de Luxemburgo.

A parceria estratégia que temos com a Caixa Económica Montepio Geral, para além da orientação estratégica dos negócios, da transferência de conhecimentos e de experiências profissionais e de apoio às operações com o estrangeiro, foi mais uma vez aproveitada para a capacitação dos recursos humanos. Desta feita, foram contempladas as áreas da auditoria interna e do pré-contencioso.

O serviço *Western Union* teve uma atenção especial durante o exercício de 2003, ganhando maior visibilidade, quer com a colocação de letreiros luminosos em todas as agências da CECV, quer com a realização de várias campanhas promocionais, através da televisão, da rádio, dos jornais e da distribuição de *marchandising*. Por via disso, as operações e as comissões associadas registaram um crescimento significativo em relação a 2002, reforçando, assim, a sua contribuição para a formação do chamado *non interest income*.

6. Actividades Diversas

Dando expressão à sua política de Responsabilidade Social, o ano de 2003 foi muito caro à CECV, na medida em que se comemoraram os seus 75 anos de existência.

No âmbito desta comemoração, e com o objectivo de envolver toda a sociedade Cabo-verdiana, foi realizado um *cocktail*, no qual foi apresentado o programa dos eventos.

A CECV criou o seu vídeo institucional, realizou a 1.ª Corrida da Caixa, com grande impacto junto da população, lançou o programa de rádio "Carreira Diamante", com a divulgação de *Outdoors*, que serviu para reforçar a notoriedade e a visibilidade da nossa Instituição. Foram ainda promovidos vários concursos a nível nacional, com a atribuição de prémios.

Como ponto central do programa, foi realizado um colóquio subordinado ao tema "A importância da CECV no desenvolvimento do sistema financeiro em Cabo Verde". Este seminário contou com a presença de sua Excelência o Senhor Ministro da Economia e Competitividade, Dr. Avelino Bonifácio, o Senhor Governador do Banco Central, Dr. Olavo Correia, do historiador Dr. António Correia e Silva e do Professor Doutor João Estevão, Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão, e teve como moderador o Dr. Alberto Ramalheira, Presidente do Conselho de Administração da CECV.

No âmbito do apoio à cultura, foram realizadas, em parceria com a Caixa Económica Montepio Geral, duas exposições do pintor Kikilima, uma na Cidade do Mindelo e outra na cidade da Praia. Em simultâneo, foi lançado um álbum de pintura, onde estão representadas as várias fases da vida deste artista plástico, que foi apresentado no Mindelo pelo Poeta Corsino Fortes, Vice-Presidente do Conselho de Administração da CECV, e na Praia pela escritora Fátima Bettencourt.

Foi efectuada uma parceria de apoio ao escritor Germano de Almeida no lançamento do seu mais recente livro intitulado "Viagem pela história das Ilhas", que foi um grande êxito.

Com o patrocínio exclusivo da CECV, foi realizado um espectáculo musical, que assumiu um significado particular, por dois motivos.

Em primeiro lugar, foi a primeira vez que se efectuou em Cabo Verde um concerto para Marimba, instrumento com o qual Pedro Carneiro se vem notabilizando, tendo tocado com prestigiadas orquestras europeias. Em segundo lugar, porque executou, em estreia, peças do compositor cabo-verdiano Vasco Martins.

No seguimento da política de apoio ao desporto, a CECV deu continuidade ao patrocínio das equipas de futebol do Batuque Futebol Clube, de São Vicente, e do Boavista Futebol Clube, da Praia.

Foram efectuados vários apoios e patrocínios, a diversas entidades de solidariedade social, nomeadamente a Acrides, a Advic, o Icase, a Associação Cabo-verdiana de Deficientes, o ICS e o Hospital Agostinho Neto.

Foram efectuados vários outros patrocínios, dos quais se destacam o patrocínio exclusivo ao "Programa Kultura", bem como o co-patrocínio do Festijazz, do Festival de Santa Maria, do Festival da Baía das Gatas, do Festival da Gambôa, do Festival do Tarrafal e do Festival de Santa Catarina.

Foi apoiada pela CECV a remodelação das "Casa das Bandeiras", na Ilha do Fogo.

Mais uma vez, a CECV participou na VII Feira Internacional de Cabo Verde, na Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente.

7. Micro Crédito

A CECV, além do exercício normal das suas actividades de banco universal, vem desempenhando um papel importante no domínio da micro finança, com particular realce para a área do micro crédito, o que lhe tem valido uma atenção especial por parte de algumas organizações internacionais, nomeadamente, do Instituto Mundial das Caixas Económicas, de que a CECV é membro.

Até à presente data, em Cabo Verde, a CECV continua a ser a única instituição bancária nacional a operar na área do micro crédito, tornando-se, ainda, um banco de referência no País e com algum reconhecimento a nível internacional nos domínios de micro finanças e de financiamento de pequenas e médias empresas.

A actividade da CECV no domínio de micro finanças, como complemento das suas actividades normais de banco universal, assenta no facto de ela atribuir uma atenção especial às necessidades das camadas mais desfavorecidas da população, mobilizando recursos externos para financiamento de micro realizações e participando na gestão de fundos de instituições interessadas na promoção e apoio às actividades geradoras de rendimento, através do micro-crédito.

É assim que, a partir de 2001, a intervenção da CECV no domínio de micro-finanças começou a ganhar novos impulsos, ao assumir o Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas, que, anteriormente, era gerido directamente pela ACDI/VOCA e que é, sem dúvida, o programa mais popular em Cabo Verde nesse domínio. Este programa visa, essencialmente, as camadas populacionais de baixo rendimento e sem acesso ao crédito junto das instituições financeiras, particularmente, as mulheres chefes de família e vendedoras ambulantes.

Também com o financiamento da ACDI, a Caixa dispõe de uma linha de crédito destinada a apoiar os agricultores na introdução técnica de irrigação gota-a-gota, visando a modernização da actividade agrícola cabo-verdiana, numa perspectiva de rendibilização e racionalização dos factores de produção escassos no País, como é o caso da água.

A CECV vem participando, ainda, directamente, na gestão de linhas de crédito pertencentes a outras entidades e destinadas a micro crédito, com destaque para as seguintes:

- Linha de crédito do Instituto de Emprego e Formação Profissional, destinada aos micro empresários dos sectores de carpintaria, marcenaria e transformação agro-alimentares, entre outros;

- Linha de crédito da Câmara Municipal de S. Domingos-Santiago, que visa o financiamento de actividades geradoras de rendimento nesse Concelho;

- Linha de crédito para a pesca artesanal destinada ao financiamento da construção ou aquisição de pequenas embarcações de 6 metros;
- Linha de crédito no âmbito do Programa Especial de Segurança Alimentar (PSSA), com financiamento do Governo e da FAO, e que visa promover a iniciativa privada nos sectores da agricultura e pecuária.

Relativamente ao Programa de Formação e Empréstimos a Micro Empresas, até 31 de Dezembro de 2003, o número de grupos que beneficiou de empréstimos ascendeu a 2558, dos quais 1092 grupos foram contemplados durante o período decorrente entre Maio de 2001 e 31 de Dezembro do ano passado; o número de empréstimos concedidos elevou-se a 10986, dos quais 3977 correspondem ao período de Maio de 2001 a 31 de Dezembro de 2003; o montante acumulado dos empréstimos concedidos atingiu 480.285.000\$00, sendo 191.550.000\$00 relativos ao período de Maio de 2001 a 31 de Dezembro de 2003; o montante reembolsado (capital e juros) elevou-se a 512.051.851\$00, sendo 225.954.221\$00 relativos ao período de Maio de 2001 a 31 de Dezembro de 2003; o saldo disponível atingiu 40.224.178\$00, dos quais 27.326.713\$00 referem-se ao período compreendido entre Maio de 2001 e Dezembro de 2003. Estes dados ilustram bem o sucesso deste Programa financiado pelo ACDI, sendo de destacar que a taxa média de reembolso é da ordem dos 92%, não obstante a taxa de juros aplicada ser de 3% mensal.

Com vista à dinamização das suas actividades e ao seu alargamento a outros concelhos do país, a CECV decidiu afectar, a partir de 2004, um técnico a tempo inteiro para o Programa.

No que se refere ao Crédito para Micro-irrigação, até 31 de Dezembro de 2003 as operações realizadas apresentaram os seguintes dados: o número de créditos concedidos elevou-se a 40, tendo o montante de crédito acumulado ascendido a 18.833.500\$00, com a seguinte distribuição por Concelhos:

Concelho	N.º de Créditos	Montante
Praia	32	16.743.500\$00
Assomada	5	1.190.000\$00
S. Vicente	2	600.000\$00
Sto. Antão	1	300.000\$00
TOTAL	40	18.833.500\$00

Estes dados revelam que a Caixa conseguiu desembolsar, até 31 de Dezembro de 2003, a totalidade dos fundos recebidos, que ascenderam a 18.833.500\$00, que foram devidamente utilizados, tendo-se registado uma taxa de reembolso de cerca de 90%, a uma taxa de juro anual de 12%.

No que respeita à Linha de Crédito do Instituto de Emprego e Formação Profissional, destinada aos micro-empresários, durante o passado ano de 2003 não se registou qualquer operação de desembolso, uma vez que, por determinação desse Instituto, as operações dessa linha de crédito foram suspensas desde o ano de 2002, situação que ainda prevalece.

No que concerne à Linha de Crédito da Câmara Municipal de S. Domingos, destinada ao financiamento de micro-realizações, também não se registou qualquer desembolso ao longo do ano de 2003.

Quanto à Linha de Crédito da FAO, destinada à promoção de iniciativas privadas nos sectores da agricultura e pecuária, durante o passado ano de 2003 foi desembolsado o montante de 2.737.000\$00, através das Agências da Assomada e Ribeira Grande - S. Antão, com os valores de 1.435.000\$00 e 1.302.000\$00, respectivamente. Na Agência de Monte Sossego - S. Vicente, devido a problemas de ordem administrativa, não foi efectuado qualquer desembolso durante o ano passado.

Finalmente, no que tange à Linha de Crédito para a Pesca Artesanal, destinada ao financiamento de pequenas embarcações de 6 metros, ao abrigo do Protocolo assinado pela CECV e o Ministério do Mar, em 13 de Maio de 1999, não houve qualquer desembolso em 2003.

De salientar que nenhuma dessas linhas faz parte do património da CECV e que os riscos associados são por conta dos seus titulares.

8. Análise da Rendibilidade

8.1. Resultados do Exercício

A análise dos resultados da CECV revela um bom desempenho da instituição a nível da actividade durante o exercício de 2003. O Resultado Líquido do Exercício atingiu 226.562 contos, evidenciando um crescimento de 46 mil contos (25,7%) em relação a 2002. Esta evolução deveu-se, essencialmente, ao efeito conjugado do crescimento do crédito, traduzido num aumento de 140,9 mil contos (+15%) dos juros e proveitos, da desaceleração do crédito vencido, que permitiu uma redução da constituição de provisões líquidas de 22 mil contos, ou seja, menos 30% do que no ano anterior, e do incremento das comissões líquidas (mais 19,1 mil contos, ou seja, mais 21,4%).

De realçar, por outro lado, o crescimento significativo da rubrica Fornecimento e Serviços de Terceiros, de 48,5 mil contos (mais 27,7%), explicado, essencialmente, pelas despesas realizadas no âmbito das actividades comemorativas dos 75 anos da Caixa, pelas despesas com a SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento e pelo pagamento dos serviços prestados pelos Correios de Cabo Verde, especialmente através das delegações em *On line*.

Os Custos com Pessoal registaram um acréscimo de 21,5 mil contos (+11,4%), resultado das novas contratações, do aumento salarial e das progressões registadas na carreira do pessoal.

Os lucros em operações cambiais, excluindo as comissões, evoluíram negativamente, menos 20,1 mil contos em relação a 2002, em resultado da forte e contínua depreciação do dólar americano.

De notar, finalmente, uma melhoria muito significativa do desempenho da exploração da empresa, traduzida num crescimento de 44,9% dos Resultados da Exploração em relação ao exercício anterior e um aumento de 27,7% do Resultado Bruto do Exercício.

Evolução dos Resultados (milhares de contos)

Designação	2003	2002	Variação	
			Valor	%
+ Juros e Proveitos Equiparados	1.087,0	946,1	140,9	14,9
- Juros e Custos Equiparados	515,6	496,5	19,1	3,7
= MARGEM FINANCEIRA	571,4	449,6	121,8	27,1
+ Comissões Líquidas	202,9	182,8	20,1	11,0
+ Lucros Liq. Oper. Financ e Cambiais	-11,3	8,8	-20,1	-228,4
+ Outros Proveitos Liq. de Exploração	32,4	27,5	4,9	17,8
= PRODUTO BANCÁRIO	795,4	668,7	126,7	18,9
- CUSTOS ADMINISTRATIVOS	434,7	364,7	70,0	19,2
Custos com Pessoal	210,8	189,3	21,5	11,4
Fornecimento e Serviços de Terceiros	223,9	175,4	48,5	27,7
= MEIOS LIBERTOS DE EXPLORAÇÃO	360,7	304,0	56,7	18,7
- Amortizações do Exercício	74,4	67,2	7,2	10,7
- Provisões Líquidas	54,5	76,8	-22,3	-29,0
= RESULTADO DA EXPLORAÇÃO	231,8	160,0	71,8	44,9
+ Ganhos e Perdas Extraordinários	76,4	81,3	-4,9	-6,0
= RESULTADO BRUTO DO EXERCÍCIO	308,2	241,3	66,9	27,7
- Impostos s/Lucros	81,7	61,1	20,6	33,72
= RESULTADO DO EXERCÍCIO	226,5	180,2	46,3	25,7
CASH FLOW DO EXERCÍCIO	355,4	324,2	31,2	9,6

8.2 Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade e eficiência conheceram uma evolução positiva, tendo a rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) passado de 14,5% para 17% e a rendibilidade do Activo (ROA) de 1,4% para 1,6%.

O *Cost to income ratio*, medida por excelência da eficiência das instituições bancárias, registou uma melhoria de 1 ponto percentual, passando de 64,6% para 63,6%.

O único indicador que evoluiu negativamente foi o rácio de Custos Administrativos/Activo Médio Líquido, que passou de 2,9%, para 3,0%, como resultado do aumento verificado no numerador (+19,2%) ter sido superior ao do denominador (+11,6%).

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Designação	2003	2002
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	17,0%	14,5%
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	1,6%	1,4%
Activo Líquido Médio / N.º Médio de Trabalhadores (<i>mil contos</i>)/Custos Administrativos /Activo Líquido Médio	98,23,0%	942,9%
Custos Operativos/Produto Bancário (<i>Cost to Income</i>)	63,6%	64,6%
Produto Bancário/N.º Médio de Trabalhadores (<i>contos</i>)	5.547,7	5.027,8
Cash Flow do Exercício/N.º Médio de Trabalhadores (<i>contos</i>)	2.476,9	2.437,6

8.3 Fundos Próprios e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios da instituição atingiram 1.389.249 contos, evidenciando um crescimento de 9% em relação ao ano 2002. Este acréscimo, no entanto, não foi suficiente para acompanhar o aumento dos activos (+11,6%), tendo resultado numa queda do Rácio de Solvabilidade, que passou de 16% para 13,5%, sendo, ainda, superior ao mínimo exigido pelo Banco Central.

O Rácio do Imobilizado Líquido sobre os Fundos Próprios também evoluiu negativamente, devido aos investimentos realizados em equipamentos e na aquisição do terreno para a nova sede.

Rácios Prudenciais

Designação	2003	2002
Rácio de Solvabilidade (BCV - Aviso 1/99)	13,5%	16,0%
Imobilizado Líquido / Fundos Próprios	27,7 %	24,0%

8.4 Provisões do Exercício

Verificou-se, durante o exercício de 2003, uma redução na constituição de provisões de 22,3 mil contos, ou seja, menos 29% do que no ano anterior, como resultado da desaceleração do Crédito Vencido, o que teve um impacto muito significativo sobre os resultados da instituição.

Com efeito, a qualidade do activo da instituição conheceu melhorias significativas em relação a 2002, tendo o rácio de crédito vencido passado de 5,1% para 4,6%, nível relativamente baixo em comparação tanto com a tradição da instituição como o que é habitual no mercado.

Esta descida do rácio de crédito vencido deveu-se ao efeito conjugado do resultado das pressões mantidas a nível da recuperação do crédito vencido, com a subida expressiva do crédito concedido.

De notar, igualmente, a descida do rácio de provisões sobre Créditos e Juros Vencidos, devido à redução do peso do crédito vencido há mais de 12 meses (sujeito a taxas de constituição de provisões mais elevadas) na carteira de crédito vencido, passando de 76,3%, em 2002, para 71,2%, em 2003.

Créditos e Juros Vencidos (milhares de contos)

Designação	2003	2002
Créditos e Juros Vencidos	455,3	405,6
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	338,0	325,4
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total	4,6%	5,1%
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	74,2%	80,2%

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2003 atingiu o valor de 226.562.000\$00;

Considerando que os objectivos estratégicos da CECV exigem investimentos avultados para o alargamento e modernização da rede

comercial, para a inovação comercial e tecnológica, assim como para a construção duma sede condigna e adequada à dimensão e importância da instituição no mercado cabo-verdiano;

Considerando a necessidade de reforçar o rácio de solvabilidade, por forma a acompanhar a evolução do activo da instituição;

O Conselho de Administração, esperando a compreensão dos Accionistas, apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reserva Legal	22.656.200\$00
Para Reserva Especial	89.065.800\$00
Para Distribuição de Dividendos (330 CVE por acção)	114.840.000\$00
Total	226.562.000\$00

10. Notas Finais

Chegado ao fim de mais um exercício económico, que coincide com o fim do primeiro plano estratégico da CECV após a sua privatização, congratulamo-nos com o desenvolvimento e os resultados alcançados pela instituição. Todos os indicadores de desempenho da instituição conheceram uma evolução positiva nestes últimos quatro anos, com especial relevo para o exercício que ora finda.

Tal resultado só foi possível graças à confiança dos nossos accionistas e clientes, que contribuiu decisivamente para o engrandecimento e a consolidação crescente desta instituição, pelo que aqui lhes manifestamos o nosso reconhecimento.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

- As Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em favor do desenvolvimento de Cabo Verde e das suas instituições financeiras ;
- Ao Banco de Cabo Verde, pelo apoio e compreensão proporcionados, no âmbito do exercício da actividade de supervisão;
- A todos os Accionistas, pela confiança manifestada e, em especial, ao nosso accionista estratégico, o Montepio Geral pela sua valiosa colaboração;
- Aos membros do Conselho Fiscal, pela proficiente acção desenvolvida no acompanhamento da actividade da instituição;
- Aos Trabalhadores e demais Colaboradores, pelo total empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, contribuindo decisivamente para a obtenção da posição e dos resultados alcançados.

Balanço e Demonstração de Resultados**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 (milhares de Escudos)**

ACTIVO	2003		2002	
	Activo Bruto	Amort. e Prov.	Activo Líquido	Activo Líquido
1. Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	2.660.741	0	2.660.741	2.364.605
2. Disponibilidades à vista s/Inst. de Crédito	353.051	0	353.051	514.338
3. Outros créditos sobre instituições crédito	148.318	0	148.318	56.860
4. Créditos sobre clientes	9.840.616	338.014	9.502.602	7.601.276
5. Obrigações e outros títulos de rend. fixo	1.330.920	0	1.330.920	1.980.920
a) Obrig. e O/Tit.de rend.fixo-de Emiss.Públ.	1.330.920	0	1.330.920	1.980.920
b) Obrig. e O/Tit.de rend.fixo-de O/Emissores	0	0	0	0
(Dos quais : Obrigações Próprias)	0	0	0	0

6. Acções e outros títulos de rend. variável	0	0	0	0
7. Participações	26.250	0	26.250	26.250
8. Partes de capital em empresas coligadas	0	0	0	0
9. Imobilizações incorpóreas	111.591	69.715	41.876	34.560
10. Imobilizações Corpóreas	671.256	301.976	369.280	307.522
(Dos quais: Imóveis de serviço próprio)	126.614	15.472	111.142	100.944
11. Capital subscrito não realizado				
12. Acções próprias ou partes de capital próprias				
13. Outros activos	330.494	200	330.294	336.603
14. Contas de regularização	103.036	0	103.036	105.047
TOTAL DO ACTIVO	15.576.273	709.905	14.866.368	13.327.980

RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAS

– GARANTIAS PRESTADAS E OUT. PASSIVOS EVENTUAIS :

474.614 465.925

PASSIVO	2003	2002
1. Débitos para com instituições de crédito	337.707	378.287
a) À vista	51.183	63.634
b) A prazo ou com pré-aviso	286.524	314.654
2. Débito para com clientes	12.553.087	11.108.889
a) Depósitos de poupança	1.910.584	1.526.911
b) Outros depósitos	10.092.753	8.868.668
ba) À vista	3.177.864	3.454.800
bb) A prazo	6.914.888	5.413.867
c) Outros débitos	549.751	713.311
3. Débitos representados por títulos	0	0
4. Outros passivos	77.504	77.971
5. Contas de regularização	334.329	336.402
6. Provisões para riscos e encargos	147.435	118.660
a) Provisões para pensões e encargos similares	0	0
b) Outras provisões	147.435	118.660
6A. Fundo para riscos bancários gerais	27.056	33.723
7. Capital Subscrito	348.000	348.000
8. Reservas	814.687	745.846
9. Reservas de reavaliação		
10. Resultados transitados		
11. Lucro do exercício	226.562	180.202
TOTAL DO PASSIVO	14.866.368	13.327.980

Demonstração de Resultados para o Exercício 2003 (milhares de Escudos)

CUSTOS	2003	2002
1. Juros e custos equiparados	515.558	496.468
2. Comissões	7.674	6.092

3. Prejuízos em operações financeiras	53.938	29.955
4. Gastos gerais administrativos	434.690	364.696
a) Custos com pessoal	210.783	189.322
Dos quais:		
(salários e vencimentos)	183.994	164.998
(encargos sociais)	26.261	22.857
Dos quais:		
(c/pensões)	0	0
b) Outros gastos administrativos	223.907	175.373
5. Amortizações do exercício	74.446	67.210
6. Outros custos de exploração	5.565	6.352
7. Provisões p/ crédito vencido e p/ outros riscos	246.982	339.867
8. Provisões para imobilizações financeiras	0	0
9. Resultado da actividade corrente	232.131	160.157
10. Perdas extraordinárias	10.295	6.528
11. Impostos sobre lucros	81.677	61.092
12. Outros impostos	172	120
13. LUCRO DO EXERCÍCIO	226.562	180.202
TOTAL	1.657.559	1.558.580

PROVEITOS

	2003	2002
1. Juros e proveitos equiparados	1.087.197	946.074
Dos quais:		
(títulos de rendimento fixo)	108.343	149.878
2. Rendimentos de títulos	0	0
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	0	0
b) Rendimento de participações	0	0
c) Rendimento de partes de capital em emp. coligadas	0	0
3. Comissões	210.570	188.893
4. Lucros em operações financeiras	42.630	38.764
5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a crédito e provisões para passivos eventuais	192.549	263.091
6. Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham caracter de imobilizações financeiras, participações e as partes de capital em empresas coligadas	0	0
7. Outros proveitos de exploração	38.039	33.974
8. Resultado da actividade corrente	0	0
9. Ganhos extraordinários	86.575	87.784
TOTAL	1.657.559	1.558.580

Na secção de vendas da Imprensa Nacional Encontra à venda as seguintes Brochuras

Imposto Único Sobre o Património IUP	300\$00
Imposto Único Sobre o Rendimento IUR.....	850\$00
Código das Empresas Comercias e Registo de Firmas	1400\$00
I Volume do Imposto Sobre o Valor Acrescentado IVA	700\$00
II Volume do Imposto Sobre o Valor Acrescentado IVA	400\$00



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional ag. adoe o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Conselho da Praia, demais concelhos, e estrangeiro são, respectivamente, 16, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação e de aposta, competidamente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo e o selo dos serviços de onde provierem.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados de importação pré-paga para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral Caixa Postal: D. Inês Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (258) 612145, 4150 • Fax 61 42 02

Email: incv@cvtelecom.cv

ASSINATURAS

Para o país:			Para países de expressão portuguesa:		
	Ano	Semestre		Ano	Semestre
I Série	5 000\$00	3 700\$00	I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00	II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00	III Série	4 000\$00	3 000\$00
AVISO por cada página	10\$00		Para outros países:		
Os períodos de assinaturas contam-se per anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.			I Série	7 200\$00	6 200\$00
			II Série	5 800\$00	4 800\$00
			III Série	5 000\$00	4 000\$00
AVISO por cada página	10\$00				

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1.ª Página	5 000\$00
1.ª.ª Página	2 500\$00
1.ª.ª.ª Página	1 250\$00

(O custo mínimo de inserção de anúncio, no boletim de vendas, é de 100\$00, sendo a taxa mínima de 50\$00)

PREÇO DESTA NÚMERO — 180\$00